

# Sócrates impugna decisão do Conselho da Magistratura e fala em manipulação

written by O Cidadão | 17 de Abril, 2024



*“Julgo que nada mais me resta senão procurar um tribunal e apresentar a devida impugnação judicial”, disse José Sócrates em conferência de imprensa, falando de manipulação do processo.*

O ex-primeiro-ministro (2005-2011) disse ter sido vítima de *“manipulação da escolha dos juízes”* pela segunda vez no processo.

*“Esta é a segunda vez que falseiam o processo de escolha dos juízes. Há 10 anos foi a atribuição manual, agora é a exclusividade de funções”,* alegou o principal arguido da Operação Marquês.

Segundo José Sócrates, em 2014, quando o Tribunal Central de Instrução Criminal atribuiu o processo ao juiz Carlos Alexandre, *“a distribuição [dos processos pelos juízes] foi manipulada com recurso à chamada atribuição manual”*, quando deveria ter sido feito por sorteio eletrónico.

Passados 10 anos, na sequência da transferência de duas das três juízas que acompanhavam o processo no Tribunal da Relação de Lisboa para a Relação do Porto e a Relação de Guimarães, o Conselho Superior da Magistratura atribuiu, em julho, exclusividade das juízas nesse processo, sem o remeter para nova distribuição, como defende o ex-governante.

*“O que aconteceu foi ilegal”*, afirmou José Sócrates, que em fevereiro apresentou ao Conselho Superior da Magistratura impugnação da sua decisão.

*“Nenhum estatuto de exclusividade de funções transforma uma juíza da Relação do Porto numa juíza da Relação de Lisboa, nem permite que uma juíza da Relação de Guimarães possa continuar a decidir processos que não são da jurisdição da Relação de Lisboa”*, defendeu.

O acórdão do TRL assinado em janeiro por este coletivo de juízas recuperou quase totalmente a acusação do MP que tinha sido desmontada pelo juiz de instrução Ivo Rosa na fase de instrução, levando a julgamento 22 arguidos por 118 crimes económico-financeiros, com destaque para o ex-primeiro-ministro (2005-2011), que vai ser julgado por três crimes de corrupção, 13 de branqueamento e seis de fraude.

Na conferência de imprensa realizada num hotel da Ericeira, no concelho de Mafra, o seu advogado, Pedro Delille, informou que entregou hoje um requerimento para o processo regressar de imediato ao Tribunal Central de Instrução Criminal depois de transitar em julgado o acórdão de março do Tribunal da Relação de Lisboa.

Em março, na apreciação de outro recurso sobre o caso, a

Relação de Lisboa deu razão a José Sócrates (e ao empresário Carlos Santos Silva), ao anular a decisão instrutória de abril de 2021 que os remeteu para julgamento por branqueamento e falsificação de documentos e remeteu os autos para a primeira instância a fim de ser determinada uma nova decisão.